

A definição terminológica em um glossário da Farmacovigilância: algumas considerações

Terminological definition in a Pharmacovigilance glossary: some considerations

Isabela Galdiano*
Claudia Zavaglia**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a análise das definições encontradas em um glossário da área da Farmacovigilância veiculado no site da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a fim de tecer considerações críticas sobre o paradigma definicional de trabalhos terminológicos, de forma geral, e sobre o glossário analisado, de forma específica. O trabalho fundamenta-se nas pesquisas mais recentes na área da Terminologia, em especial a Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999) e em obras brasileiras fundamentais dessa disciplina, como Barros (2004) e Krieger e Finatto (2004). As definições em questão foram analisadas com base nas diretrizes e parâmetros para definições terminológicas presentes nas obras supracitadas, além de outros trabalhos sobre a definição terminológica, como Almeida et al. (2007), Alves (1996), Andrade (2000) e Desmet (2002). Quando analisados à luz dos trabalhos sobre terminologia indicados, os verbetes apresentaram problemas como falta de concisão da definição e existência de verbos cópula no início do texto definatório, indicando que ainda há muito que se fazer para estreitar a distância entre os parâmetros terminológicos de excelência para verbetes de obras especializadas e os materiais especializados que são publicados.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia.
Definição terminológica. Farmacovigilância.

ABSTRACT: The aim of the present paper is to analyze definitions found in a glossary of Pharmacovigilance displayed in Anvisa (Brazilian Health Surveillance Agency) website, in order to make some critical considerations about the definition paradigm of terminological works, broadly speaking, and about the analyzed glossary, specifically. This study is based upon most recent terminological researches, particularly the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999), and upon Brazilian fundamental scholarly works about this discipline, such as Barros (2004) and Krieger e Finatto (2004). The definitions in focus were analyzed based on guidelines and parameters for terminological definitions found on the above-mentioned works, besides other papers about terminological definition such as Almeida et al (2007), Alves (1996), Andrade (2000) and Desmet (2002). When evaluated in the light of indicated terminology works, the glossary entries presented problems as the lack of concision of definition and the existence of copula verbs in the beginning of the definition text, indicating that there is still too much to do to narrow the distance between terminological excellence guidelines for entries of specialized dictionaries and the terminological materials that are released.

KEYWORDS: Terminology. Terminological definition. Pharmacovigilance.

* UNESP - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, auxílio CAPES.

**UNESP - Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto.

1. Introdução

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (doravante Anvisa), a Farmacovigilância é definida como “ciência e atividades relativas a identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou qualquer problema possível relacionado com fármacos.”(ANVISA, 2015) A agência afirma que, embora os medicamentos sejam a princípio formulados com o objetivo de prevenir e tratar doenças, eles também podem ocasionar efeitos adversos e apresentar potenciais riscos para a saúde dos pacientes. Tendo em vista essa dualidade dos produtos farmacêuticos, Farmacovigilância é a área responsável pelo “acompanhamento do desempenho dos medicamentos que já estão no mercado.” (ANVISA, 2015)

Estabelecendo-se como área de especialidade, a Farmacovigilância utiliza-se de termos para organizar seu conhecimento conceptual e realizar a comunicação, dentro do escopo de sua área, entre os especialistas nela envolvidos. Dessa forma, conforme afirmam Krieger e Finatto (2004), os termos possuem uma dupla função: representar o conhecimento especializado e transmiti-lo (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 17). Nessa área, portanto, bem como em outras áreas técnico-científicas, “a própria unidade lexical terminológica é, simultaneamente, elemento constitutivo da produção do saber, quanto recurso de expressão lingüística que favorece a univocidade comunicacional.” (KRIEGER, 2000, p. 211)

Tendo em vista uma maior organização, além de um esclarecimento de possíveis dúvidas, o site da Anvisa veicula um glossário da área da Farmacovigilância, formado por 52 termos e suas respectivas definições.¹ O presente artigo tem como objetivo a análise do glossário em questão no que diz respeito às definições apresentadas. O interesse no estudo foi suscitado pela estranheza causada por muitas definições do glossário, que pareciam não estar em conformidade com os modelos e diretrizes sugeridos por trabalhos que discutem a definição terminológica como Almeida et. al. (2007); Alves (1996); Andrade (2000); Barros (2004); Desmet (2002) e Krieger e Finatto (2004). De fato, esses autores discutem os modelos para a definição terminológicas descritos nas normas ISO² concernentes à Terminologia. Assim, partimos das explicações e análises dessas normas, além de outras consideradas importantes

¹ Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Pos+-+Comercializacao+-+Pos+-+Uso/Farmacovigilancia/Assunto+de+Interesse/Glossario>, acesso em 3 de março de 2015.

² As normas ISO foram criadas com o objetivo de padronizar produtos e serviços. No caso da Terminologia, algumas normas discorrem sobre sua natureza e seus produtos. Para fins desse artigo, utilizamos os comentários críticos a respeito dessas normas tecidos por estudiosos da Terminologia.

por esses autores, para analisar as definições apresentadas no glossário de Farmacovigilância veiculado no site da Anvisa, a fim de averiguar em que medida ele se encaixa nos parâmetros considerados ideais para uma definição terminológica.

2. Pressupostos teóricos: A Terminologia e a definição terminológica

A Terminologia é a ciência, dentro das ciências do léxico, que se ocupa do estudo dos termos técnicos e científicos.³ Podemos afirmar que um dos papéis da Terminologia é “organizar e divulgar os termos técnico-científicos como forma de favorecer a univocidade da comunicação especializada” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 21). Tal ciência, portanto, ajuda a zelar pela clareza da comunicação entre especialistas de uma área, estudando os termos de cada domínio, suas definições e seus equivalentes em língua estrangeira, entendendo que a precisão conceitual é necessária para o intercâmbio eficiente do conhecimento tecnológico, científico e cultural (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 18). Entre os principais objetivos dessa ciência incluem-se “a recopilação e ordenação dos termos científicos e tecnológicos das linguagens especializadas” em contraponto com a Lexicologia, que “se ocupa dos vocábulos e vocabulários das diferentes normas linguísticas.” (ANDRADE, 2001, p. 191-192)

O objeto principal da Terminologia, por sua vez, pode ser definido como sendo a “designação por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5, *apud.* BARROS, 2004, p. 39-40). Como são, antes de tudo, unidades lexicais, o funcionamento dos termos nas linguagens de especialidade guarda semelhanças com aquele das unidades lexicais consideradas próprias da língua geral. Andrade (2001) comenta sobre a semelhança dos termos e das unidades lexicais da língua comum ao dizer que “os termos são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, apresentando-se de forma tão natural no discurso especializado, quanto as palavras nos discursos que se valem da língua comum como forma de expressão” (ANDRADE, 2001, p. 191).

Enfocando sua face comunicativa, Cabré (1999a) afirma que “Os termos são *unidades léxicas, ativadas singularmente* por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de

3 Para fins de desambiguação, alertamos que neste artigo fazemos a distinção entre Terminologia (com “t” maiúsculo) e terminologia (com “t” minúsculo), conforme fazem também Barros (2004, p. 34) e Krieger e Finatto (2004), sendo “Terminologia” a ciência que estuda os termos e “terminologia” o conjunto de termos de uma área de especialidade. (BARROS, 2004, p. 34)

comunicação.” (CABRÉ, 1999a, p. 123, grifos da autora). São formados de forma (denominação) e significado (conteúdo). A forma é a mesma, mas o conteúdo é ativado, e “se singulariza na forma de seleção de traços adequados a cada tipo de situação e determinados pelo domínio, o tema, a perspectiva de abordagem do tema, o tipo de texto, o emissor, o destinatário e a situação.” (CABRÉ, 1999a, p. 123). Isso implica que, apesar de o conteúdo ser simultâneo à forma, ele é sempre relativo e dependente de outros fatores ativados no momento do uso.

Uma vez que nos filiamos à abordagem teórica da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999), entendemos os termos como unidades linguísticas passíveis dos mesmos processos que se dão nas unidades linguísticas utilizadas na língua geral, como a variação, a sinonímia. Além disso, cremos que uma abordagem *descritiva* das terminologias possa ser mais produtiva para a Terminologia, em especial no que diz respeito às pesquisas linguísticas da área, do que a abordagem de viés *prescritivo*, característica da Teoria Geral da Terminologia (TGT) desenvolvida por Wüster, baseada em sua tese a respeito da normalização da linguagem técnica (REMENCHE, 2010).

A TGT pode ser resumida (de forma simplificada) em algumas características fundamentais, conforme nos conta Cabré (1999a): o conceito precede a denominação; os termos são unidades semióticas; a terminologia é uma matéria autônoma (na intersecção com a linguística, a lógica, a ontologia e a informática); o valor do termo é dado segundo sua localização dentro de uma estrutura conceptual e o trabalho terminológico tem como objetivo a normalização, garantindo univocidade na comunicação entre especialistas por meio, justamente, do uso dos termos normalizados. Ainda segundo essa mesma autora, a normalização almejada por Wüster foi inspirada na criação de nomenclaturas das ciências naturais e médicas. O objetivo dos estudos propostos pelo autor pode ser, portanto, resumido com o estudo dos termos “com a finalidade de normalizá-los conceptualmente e denotativamente, reduzindo seu significado a um conjunto de traços comuns e consensuais (o conceito) e fixando uma denominação única ou preferencial para cada língua.”⁴ (CABRÉ, 1999a, p. 116). Isso indica que, nessa concepção, a diferença linguística é meramente denominativa e formal (se dava pela diferença no significante), e não cultural, e os obstáculos

⁴[...] con la finalidad de normalizarlos conceptualmente y denotativamente, reduciendo su significado a un conjunto de rasgos comunes consensuados (el concepto) y fijando una denominación única o preferente para cada lengua. (todas as traduções são de nossa autoria)

da comunicação científica podiam ser resolvidos, portanto, por meio da normalização terminológica (CABRÉ, 1999a).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) vem como crítica às bases da TGT, em especial seu caráter reducionista e idealista, e esse julgamento está vinculado inclusive à concepção do conhecimento científico, que passava por modificações – a própria concepção de *conhecimento especializado* defendida pela TGT (uma concepção positivista, de conhecimento uniforme e apartado, por assim dizer, do conhecimento geral) entrou em crise (CABRÉ, 1999a).

Filiamo-nos à TCT e partilhamos das ideias de Cabré (1999a, p. 118) quando afirma que a comunicação especializada se dá de forma análoga à comunicação geral, e que o conhecimento especializado não está apartado do conhecimento geral. Ao propor a TCT, essa autora parte do princípio de que os termos não são unidades isoladas da língua, mas fazem parte do conjunto lexical do falante especialista, adquirido no processo de aprendizagem de conhecimentos especializados de um determinado domínio. Esse processo não necessariamente se dá de forma linear a partir do zero, pois muitas vezes aspectos do conceito ou traços do termo vão sendo apreendidos pelo falante, ou novos conhecimentos a respeito de aspectos pragmáticos são incorporados a um termo já dominado pelo especialista (CABRÉ, 1999a, p. 118-119).

A autora frisa também o caráter interdisciplinar da TCT, pois segundo essa teoria a terminologia deve ser estudada dentro de uma teoria da linguagem (que abarque aspectos não só linguísticos, mas cognitivos e sociais), inserida em uma teoria da comunicação e de conhecimento (CABRÉ, 1999a, p. 120).

O objetivo da TCT é descrever

[...] formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como o ativam e explicar suas relações com outros tipos de signos de mesmo ou distinto sistema, para fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que são utilizadas nela. (CABRÉ, 1999a, p. 124)⁵

A face aplicada da Terminologia, em oposição aos estudos teóricos, envolve “compilar as unidades de valor terminológico em um tema ou situação determinados e estabelecer suas

⁵[...] formal, semántica y funcionalmente las unidades que pueden adquirir valor terminológico, dar cuenta de cómo lo activan y explicar sus relaciones con otros tipos de signos del mismo o distinto sistema, para hacer progresar el conocimiento sobre la comunicación especializada y las unidades que se usan en ella.

características de acordo com essa situação.” (CABRÉ, 1999b, p. 133)⁶ O trabalho terminológico pode levar a aplicações como “glossários, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos e sistemas de reconhecimento automático de terminologias.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 20).

No artigo em questão, analisa-se o produto de um trabalho terminológico aplicado: um glossário, produzido com a finalidade pragmática de oferecer as possíveis consulentes as definições de termos encontrados na área da Farmacovigilância. Uma vez que a análise diz respeito não aos termos em si ou o modo utilizado para sua coleta, mas às definições elaboradas, detemo-nos mais especificamente em um dos objetos que recentemente a Terminologia tem tomado para estudo, ao lado dos termos, a saber: a definição terminológica (doravante DT).

Krieger e Finatto (2004) enumeram como objetos de estudo da Terminologia o termo, a fraseologia especializada e a definição terminológica. A DT, ainda segundo essas autoras, “corresponde à materialização linguística do componente conceitual do termo, funcionando, simultaneamente, como articulação linguística e via de acesso desse componente.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 75)

A respeito da importância da DT tanto dentro de obras terminográficas quanto dentro de obras especializadas em geral (livros, artigos científicos, teses e dissertações etc.), gostaríamos de ressaltar que

O enunciado definitório é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico. Essa condição deve-se ao fato de que esse tipo de enunciado expressa um segmento de relações de significação de uma dada área do saber: como já dissemos, definições estabelecem seus valores mais basilares. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 95)

A DT pode ser concebida em oposição a outros tipos de definição: a lexicográfica e a enciclopédica (BARROS, 2004, p. 159; KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 92). Finatto (2001) explica isso da seguinte maneira: enquanto que a DT trata de fenômenos e de “coisas”, a enciclopédica descreve sobretudo referentes de “coisas”, e a lexicográfica se ocupa de “palavras”, focando-se em informações linguísticas sobre o signo.

⁶[...]recopilar las unidades de valor terminológico en un tema y situación determinados y establecer sus características de acuerdo con esta situación.

Finatto (1998) ressalta, porém, que a divisão da definição nos tipos supracitados é uma simplificação que certamente não dá conta das diferenças e semelhanças, além das intersecções, desses três tipos de definição. Entretanto, tal simplificação é necessária para isolar e estudar de forma mais pormenorizada o paradigma definicional dos dicionários terminológicos ou especializados, a fim de circunscrever melhor a DT como um dos objetos de estudo da Terminologia.

Krieger e Finatto (2004) também fazem a diferenciação entre os três tipos de definição de forma semelhante: segundo elas, a DT se ocupa principalmente dos termos técnico-científicos, a definição lexicográfica se ocupa de palavras e a definição explicativa ou enciclopédica oferece informações variadas sobre um objeto da realidade. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 92) As autoras ainda acrescentam um quarto tipo: a definição lógica, que estabelece um valor de verdade.

Por sua vez, a DT é definida por Rey (1979) como

[...] um compromisso entre a definição lexicográfica e a descrição enciclopédica destinado a melhorar o uso dos nomes para permitir que eles funcionem como termos, destinado dessa forma a evocar (não a reproduzir ou a representar) o modo de constituição das classes de seres e o funcionamento dos esquemas conceptuais. (REY, 1979, p. 43)⁷

O autor, dessa forma, enfoca essa definição em dois aspectos principais: em sua relação com outros tipos de definição (uma definição híbrida) e em sua função dentro da Terminologia como fator de organização dos esquemas conceptuais, uma vez que esses dependem em grande medida da organização e significação dos conceitos que fazem parte de uma área de especialidade.

Krieger e Finatto (2004) também chamam atenção para as considerações de Rey (1995) sobre a DT, ressaltando as afirmações do autor de que ela teria como característica uma junção da definição lexicográfica com a definição enciclopédica, podendo carregar não apenas os traços essenciais do termo, mas também informações mais amplas, próprias da definição enciclopédica.

⁷[...] un *compromis entre la définition lexicographique et la description encyclopédique*, destinée à améliorer l'usage des noms pour leur permettre de fonctionner come des termes, destinée aussi à évoquer (non pas à reproduire ou à représenter) le mode de constitution des classes d'êtres et le fonctionnement des schèmes conceptuels.

Alves (1996) discute essa relação, incorporando nela as ideias de Bessé (1990, apud. ALVES, 1996), afirmando juntamente com o autor que

[...] a definição terminológica, sem ser enciclopédica, parte, tanto quanto a definição enciclopédica, de elementos extralinguísticos. No entanto, diferentemente da definição enciclopédica, a definição terminológica visa apenas a dar as informações que permitem distinguir um conceito no interior de um sistema conceitual. (ALVES, 1996, p. 129)

Tendo discutido brevemente sobre alguns aspectos mais teóricos da DT e sua comparação com outros tipos de definição, passamos agora a focar sua face material, ou seja, de que forma ela se apresenta em dicionários especializados e quais são as maneiras mais apropriadas de redigi-la e organizá-la.

Finatto (1998) descreve a DT como um “ponto de confluência entre *coisas, palavras e conhecimentos*” (FINATTO, 1998, p. 134). Barros (2004) define a DT como “uma paráfrase sinonímica que exprime o conceito designado pela unidade lexical ou terminológica por meio de outras unidades linguísticas; é um conjunto de informações que é dado sobre a entrada.” (BARROS, 2004, p. 159)

Andrade (2000) trata da apresentação da DT como paráfrase:

Considerada na sua apresentação externa, verifica-se que a definição se faz por expansão ou como paráfrase definitória. Neste caso, a definição atua como unidade sintático-semântica que contém mais do que um elemento léxico, sob a forma de sintagma livre ou parte duma frase simples ou complexa, em que os elementos lexicalizam os traços individuais da palavra definida. (ANDRADE, 2000, s.p.)

Krieger e Finatto (2004), por sua vez, definem a DT como

[...] um enunciado-texto que dá conta de significados de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência no escopo de uma situação comunicativa profissional, veiculando, assim, conceitos de uma área de conhecimento. Nesse caso, grosso modo, definir corresponde a expressar um determinado saber, uma porção desse conhecimento especializado. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 93)

A DT, segundo Krieger e Finatto (2004) é, na maior parte das vezes, formada da forma clássica “gênero próximo + diferenças específicas”. Barros (2004) também considera esse

modelo o ideal para a DT, apesar de notar que nem sempre é possível aplicar essa fórmula, a depender do tipo de unidade terminológica que está sendo definida.

Além da definição aristotélica, os dicionários especializados apresentam outros tipos de definição: Alves (1996) elenca os tipos de definição encontrados por Sager (1990, apud. ALVES, 1996) em trabalhos terminológicos: (i) definições analíticas ou por compreensão (expressas pela fórmula gênero próximo + diferença específica, ou seja, são as definições aristotélicas); (ii) definições sinonímicas; (iii) definições por paráfrase; (iv) definições por síntese (segundo a autora, são as que “descrevem e identificam relações” (ALVES, 1996, p. 125)); (v) definições por implicação (quando a unidade definida é apresentada em um contexto explicativo); (vi) definições por denotação ou extensão (são aquelas que elencam exemplos da unidade definida); e (vii) definições por demonstração (quando há uso de ilustrações ou fotos). A essas possibilidades de definição terminológica, Alves (1996) faz um contraponto com os dois únicos tipos prescritos pela norma ISO 1087, ou seja, (i) a definição por compreensão (gênero próximo + diferença específica) e (ii) a por extensão, “baseada na numeração exaustiva dos objetos aos quais um conceito se refere ou nos conceitos específicos que lhe são imediatamente subordinados.” (ALVES, 1996, p. 126)

Ainda segundo essa autora, a definição por compreensão (ou seja, a aristotélica) é a mais adequada aos dicionários terminológicos sobretudo por situar o conceito no interior de uma classe (o gênero próximo) e distingui-lo dos outros conceitos pertencentes a essa mesma classe (por meio das diferenças específicas).

Outros autores também tratam da adequação das DTs, comentando sua estrutura e elencando posturas a serem evitadas ou seguidas. Krieger e Finatto (2004), por exemplo, fazem recomendações gerais sobre a DT, apontando que o conjunto gênero próximo + diferença específica deve definir apenas o *definiendum*, não englobando outros objetos ou noções, e acrescentam que a DT não deve ser extensa demais nem conter informações supérfluas, ou seja, deve prezar pela objetividade e clareza, trazendo apenas informações essenciais.

Vários outros autores também apontam a concisão como característica desejada na DT. Alves (1996) cita Felber (1990) segundo o qual a definição deve ser expressa preferencialmente em uma única frase. Cabré (1993) também coloca a concisão como um dos princípios para uma boa definição terminológica, afirmando que a DT deve ser formada por uma frase apenas, e que eventuais explicações adicionais devem ser acrescentadas em forma de nota. A autora trata da adequação da definição enfocando sua adequação geral, sua adequação específica à área de

especialidade na qual se insere e sua adequação do ponto de vista da expressão, ou seja, enquanto texto, sendo essa última a que mais nos interessa. No que diz respeito à parte textual, Cabré (1993) afirma que a DT deve:

- a) ser expressa corretamente e ser organizada de acordo com as normas formais para a construção de definições;
- b) estar adequada aos consulentes alvo do trabalho;
- c) ser formada por apenas uma oração e evitar pontos internos;
- d) respeitar os princípios da Lexicografia referentes à apresentação formal.

Quanto aos princípios da Lexicografia supracitados, Cabré (1993) os enumera:

- a) utilizar palavra inicial com a mesma classe da palavra definida;
- b) empregar palavras conhecidas ou, caso necessário, palavras desconhecidas que também estejam definidas no interior da obra;
- c) evitar a circularidade, a definição negativa e paráfrases desnecessárias (aquelas que apresentam informação óbvia, que pode ser depreendida do próprio termo) e fórmulas metalinguísticas (*significa, designa, etc.*)

Castilho (1971, apud. ALMEIDA et al., 2007) também lista algumas características consideradas importantes para uma boa DT, incluindo entre elas a clareza e a concisão. Desmet (2002) afirma que a DT deve ser “simples, clara, curta e limitar-se a uma só frase” além de recomendar que se evitem “a circularidade, a tautologia, as definições incompletas” (DESMET, 2002, p. 184)

Barros (2004) também elenca alguns princípios a serem seguidos a fim de manter a homogeneidade e aumentar a qualidade das DTs:

[...] não se deve utilizar cópulas do tipo *diz-se de, significa, (tal termo) é, é quando, trata-se de, indica, (essa palavra) quer dizer, esse termo designa etc.*; a definição não deve conter em seu enunciado o termo definido; deve ser completa sem, no entanto, veicular dados supérfluos e inúteis; deve manter como o termo definido uma relação de univocidade [...]; a definição deve se adaptar ao público-alvo, ou seja, a metalinguagem empregada deve estar de acordo com a capacidade de compreensão do leitor (especialistas de área, leigos no assuntos, crianças etc.); quando houver possibilidade de se redigir a definição na forma afirmativa, não utilizar a forma negativa; palavras de

sentido vago, ambíguo ou figurado não devem ser empregadas. (BARROS, 2004, p. 164-165)

Andrade (2000) também aponta algumas regras que devem ser obedecidas no momento de se formular a DT: estabelecimento de relação entre o gênero e a espécie, utilização de enunciado positivo, se possível (sempre evitar definições negativas) e nunca realizar definições circulares (ANDRADE, 2000, s.p.). Outras características da definição terminológica apontadas pela autora são

o descritor (palavra que introduz a definição) há de ser mais genérico que o termo definido; termos da mesma subárea têm um descritor comum; a categoria gramatical do descritor deve coincidir com a do termo definido; expressões que **não devem ser usadas**: "*Térmo que designa...*" / "*Nome pelo qual é conhecido...*" / "*Qualificativo aplicado a ...*" (ANDRADE, 2000, s.p.)

De fato, observa-se que tanto na definição lexicográfica quanto na terminológica os verbos que indicam significação devem ser omitidos, sobretudo se é pretendida uma relação de equivalência entre a definição e o termo definido, conforme ocorre em grande parte de dicionários de língua geral e terminológicos. Castilho (1971, apud. ALMEIDA et al., 2007), por exemplo, aponta como uma das qualidades de uma boa definição terminológica, além de sua concisão, clareza e auto-suficiência como enunciado, sua equivalência sintática ao termo definido. (CASTILHO, 1971, p. 79-90, apud. ALMEIDA et al., 2007, p. 6). Barros (2004), conforme já exposto anteriormente, também elenca essa característica como importante para a boa elaboração da DT.

A partir dos parâmetros supracitados para uma DT de qualidade, foi elaborada uma metodologia para a análise das definições encontradas no glossário de Farmacovigilância retirado do site da Anvisa, a fim de se estabelecer em que medida o glossário em questão, produzido para atender às demandas de uma determinada área de especialidade, beneficiou-se da teoria terminológica para a redação de suas DTs, obedecendo (ou não) às sugestões e/ou diretrizes de autores da área.

3. Metodologia

As 52 definições do glossário de termos da Farmacovigilância foram analisadas uma a uma a fim de verificar os seguintes pontos:

a) se a definição é redigida pelo método clássico “gênero próximo + diferenças específicas”;

- b) se a definição aristotélica não ocorre, qual é o tipo de definição utilizado, procedendo então à verificação de sua validade na opinião de algum dos autores supracitados;
- c) se a definição se dá por meio de frase afirmativa ou negativa;
- d) se ocorre explicitação, no início da definição, de verbo de ligação ou outro que indique significação (como *significa, designa, trata-se de* etc.);
- e) se ocorre explicitação de subdomínio ou algum outro tipo de restrição de significado no início do enunciado da definição (provocando uma espécie de “ruptura” entre o termo definido e sua definição por gênero próximo e diferenças específicas);
- f) se a definição apresentada pode ser considerada *concisa*, ou seja, se é formada por uma só frase.

As categorias de análise supracitadas foram baseadas nas diretrizes e recomendações apresentadas no ponto 2.2 deste artigo, para que pudéssemos verificar em que medida o glossário analisado seguia os modelos e parâmetros propostos pelos modelos teóricos da Terminologia, no que concerne a elaboração da definição terminológica. As informações foram organizadas e apresentadas em forma de gráficos, para facilitar a análise do glossário. Com base nelas, foram tecidas conclusões a respeito das DTs presentes nele.

4. Resultados

Com análise das 52 definições apresentadas nos verbetes presentes no glossário de termos da Farmacovigilância por meio dos critérios de análise supracitados, foram levantados dados bastante interessantes a respeito das definições, sua tipologia e sua adequação.

Em relação tipo de definição utilizado, notou-se que apenas 31 definições correspondiam ao tipo aristotélico ou por compreensão, considerado o mais apropriado pela maioria dos autores que trataram da DT (Alves, 1996; Andrade; 2000; Barros, 2004; Krieger e Finatto, 2004) além de ser também o tipo recomendado pela ISO 1087, juntamente com a definição por extensão (ALVES, 1996). No glossário analisado, as definições por extensão, ou seja, aquelas que enumeram “todas as espécies que estão no mesmo nível de abstração ou todos os objetos individuais que pertencem ao conceito definido” (FELBER, 1984, p. 137, apud. BARROS, 2004, p. 171) totalizaram 4 ocorrências.

Outros tipos, que por sua vez não aparecem na norma ISO 1087, também foram identificados: definição sinonímica, negativa e holonímica. As definições sinonímicas, como o

próprio nome já diz, definem o termo por meio de um sinônimo, e podem ser criticadas pelo fato de não se tratarem propriamente de uma paráfrase definítoria, mas de uma modalidade de definição mais restrita – se o usuário não conhece o sinônimo, não há explicação para auxiliá-lo.

As definições negativas, por sua vez, são classificadas com esse nome por definirem o termo pela ausência ou falta de algo, ou por exclusão de outros termos, com expressão do tipo $X = \textit{tudo o que não é Y}$. Esse tipo de definição é sempre preterido, quando possível, em função de uma definição positiva (CABRÉ, 1993; ANDRADE, 2000; BARROS, 2004), e nós também o consideramos inadequado, sobretudo em um dicionário de especialidade, que tem como objetivo definir de forma explícita e clara os termos de uma área de especialidade.

Encontramos um número considerável de definições que se iniciavam por expressões do tipo “qualquer/quaisquer”, “todo”, “uma série de”, “conjunto de”, expressões que denotam a ideia de totalidade, de um conjunto que engloba um todo de partes ou características de um termo. Expressões desse tipo são chamadas por Calzolari *et al.* (1993, *apud.* ZAVAGLIA, 2002) de *genus* vazio, ou seja, gênero que expressa uma relação de hiperonímia indireta, pois não contém propriamente o termo como um *genus* pleno, que possui conteúdo semântico próprio (ZAVAGLIA, 2002). Optamos por chamar essas definições, apenas com a finalidade de facilitar a classificação, de *definições holonímicas*, uma vez que expressam uma relação de *tudo*, de *conjunto*. Também consideramos esse tipo de definição impróprio por dois motivos: primeiramente, ele não consta na norma ISO 1087 como tipo de definição recomendado; em segundo lugar, uma vez que a maioria dessas definições traz, após o *genus* vazio, uma palavra que poderia ser o gênero próximo – *pessoa, medidas, atividades*, entre outras – acreditamos que o uso do *genus* vazio torna-se em grande medida pleonástico, podendo ser facilmente excluído sem prejuízo para o texto da definição.

Por fim, das 52 definições analisadas, 3 não se ajustaram a nenhuma das categorias acima, e foram consideradas impróprias, mais semelhantes a explicações do que a definições, e foram marcadas sob o rótulo de “inclassificáveis”.

Abaixo, a tabela mostra os tipos de definição e sua frequência no glossário.

Tabela 1. Tipos de definições encontradas.

Tipo de definição	Ocorrências
definição aristotélica	31
definição holonímica	9
definição por extensão	4
definição inclassificável	3
definição sinonímica	2
definição antonímica	2

Um critério que foi deveras respeitado na redação do glossário em questão foi a utilização de frases afirmativas na DT, ou, de forma mais geral, de definições redigidas de forma afirmativa, elencando o que o termo definido **é**, e não o que o termo **não é**. Cinquenta verbetes obedecem a esse critério, e apenas dois verbetes fogem à regra, conforme mostrado abaixo:

EVENTO ADVERSO NÃO GRAVE: Qualquer outro evento que não esteja incluído nos critérios de evento adverso grave.
INEFETIVIDADE TERAPÊUTICA: Ausência ou a redução da resposta terapêutica esperada de um medicamento, sob as condições de uso prescritas ou indicadas em bula.

No caso desses dois termos, porém, é compreensível que a definição escolhida tenha assumido um viés negativo, dado o próprio conceito representado por eles. A definição negativa, portanto, não nos parece inadequada, ao contrário, parece ter sido a mais apropriada para os termos em questão.

Em relação à explicitação de algum tipo de restrição de subdomínio, provocando ruptura entre o lema e o início da definição por gênero próximo e diferença específica, notamos que apenas dois explicitavam, logo no início da definição, esse tipo de nota. A caráter de exemplo, apresentamos o seguinte verbete com a restrição evidenciada em vermelho:

MEDICAMENTOS NOVOS: Para fins da Resolução RDC 04/09, medicamentos novos referem-se a novas entidades moleculares sintéticas, semi-sintéticas, novas vacinas e biotecnológicos. O medicamento é considerado novo durante os primeiros 5 anos de registro no país.

Não sendo uma característica tão presente no conjunto das definições, ela não foi considerada prejudicial dentro do glossário.

Em relação à concisão, verificamos o número de frases presentes em cada definição, averiguando os seguintes dados:

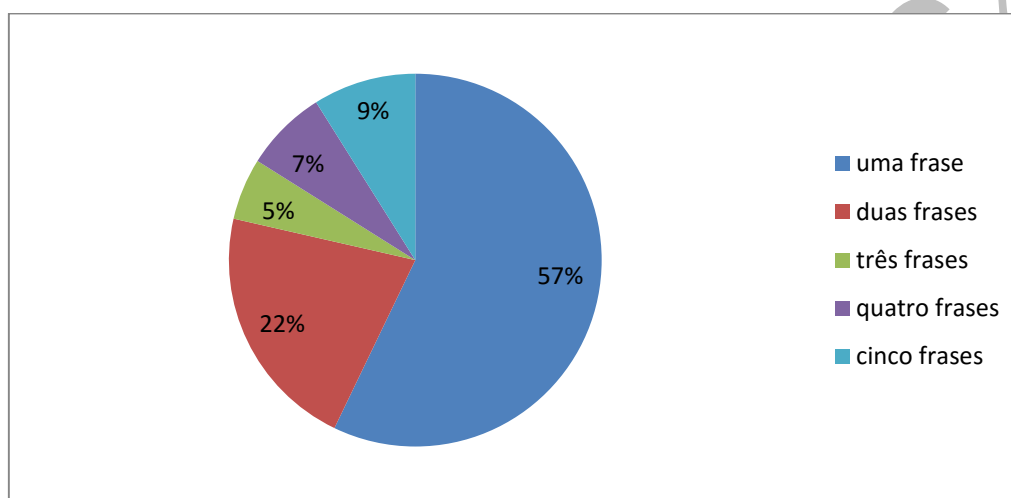


Gráfico 1. Número de frases nas definições.

As definições formadas por apenas uma frase são consideradas concisas, ou seja, atendem ao critério de concisão. As doze definições que são formadas por duas frases podem mostrar ainda uma extensão admissível caso o conceito que expressam seja demasiadamente complexo. Dessa forma, sete DTs podem ser classificadas como não atendendo ao critério de concisão pela quantidade de frases utilizadas no texto definicional – três frases ou mais – e 44 atenderam, em nossa opinião, o critério de concisão.

O último ponto, considerado o mais importante em nossa análise, foi a ocorrência de verbos cópula entre o termo e sua definição. Esse aspecto foi considerado particularmente problemático pois, diferentemente da concisão e do tipo de definição, esse problema não pode ser justificado com facilidade pela natureza do termo definido. O formato de glossário e/ou dicionário já estabelece *a priori* uma relação de equivalência entre o *definiendum* e a paráfrase definitória, podendo o verbo de ligação ser considerado redundante e sem utilidade. Vejamos:

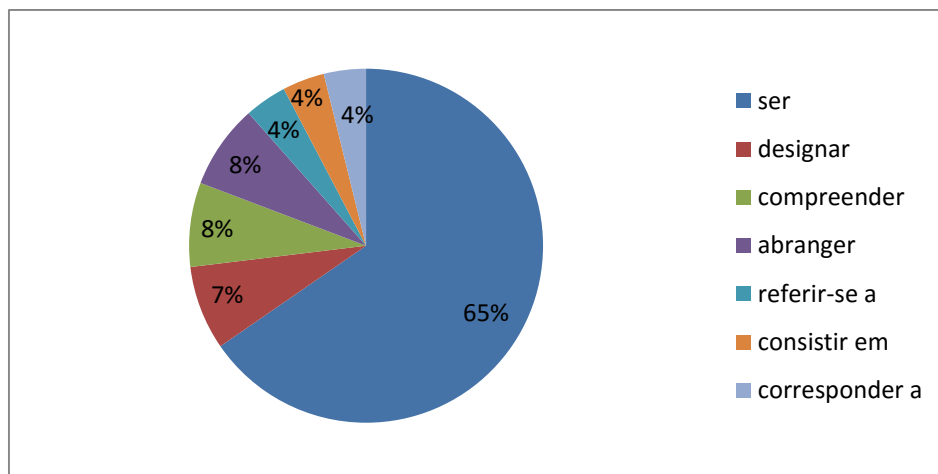


Gráfico 2. Verbos no início das definições.

Das 52 DTs analisadas, 26 traziam verbo no início (cópula ou outro que explicita relação de equivalência). O número de ocorrências de verbo no início das DTs foi bem maior do que o esperado, e nos pareceu um dado preocupante, visto que coloca em questão a qualidade das DTs do glossário e o conhecimento das teorias a respeito da DT por parte de seus elaboradores.

5. Considerações finais

A definição terminológica “envolve e transcende ‘palavras’, concretizando uma relação particular entre veiculação e constituição do conhecimento, e, mais além, entre conhecimento e linguagem.” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 161) Sua importância, portanto, vai além da simples explicação de um conceito, pois toca na veiculação desse conceito e na consolidação de seu significado dentro de um domínio, em especial no caso de dicionários especializados feitos para especialistas, como referência de uma dada área. Krieger e Finatto (2004) citam o gênero próximo e a diferença específica como parâmetros para o estudo de enunciados definicionais desde a Filosofia, a Retórica, a Lógica até os estudos terminológicos mais recentes. Finatto (2002) ressalta que “a apreensão linguístico-terminológica da DT não se esgota por essas categorias, mas elas permanecem como um parâmetro crítico útil, desde que se considere também outras condições que perpassam esse tipo de enunciado.” (FINATTO, 2002, p. 76) Com efeito, análise das DTs sob uma ótica diferente das categorias rígidas do gênero próximo e diferenças específicas pode ser extremamente profícua, conforme pode-se observar em Finatto (2001), em trabalho no qual a semântica enunciativa de Benveniste (1989; 1991) é utilizada para estudar enunciados definitórios de termos da Química.

Nosso estudo, por sua vez, ateu-se às categorias aristotélicas de *gênero e diferença específica*, uma vez que o foco era verificar em que medida as definições analisadas aproximavam-se ou se distanciavam dos modelos de definição recomendados em trabalhos de cunho mais prescritivo, ou seja, a definição por compreensão e a definição por extensão.

Em relação aos diferentes tipos de definição terminológica, muitas parecem não se encaixar nos modelos pré-determinados elencados acima, conforme pudemos observar por meio da análise dos tipos de DT utilizados no glossário estudado.

De fato, das 52 definições analisadas, 35 delas (aproximadamente 67%) correspondiam aos modelos indicados pela norma ISO 1087 e corroborados pelos autores estudados, enquanto que 17 (aproximadamente 33%) correspondiam a outros modelos ou não se encaixavam em nenhum deles. Isso pode ser considerado um problema na medida em que a teoria, que prescreve determinados modelos em detrimento de outros, serve para apoiar e guiar a prática, auxiliando, portanto, na confecção de obras terminográficas.

Ao se propor a confeccionar uma obra do tipo, portanto, um profissional deveria se balizar pelos critérios e parâmetros já existentes a fim de atingir um grau de qualidade em sua obra. Levando-se em consideração, porém, fatores como a quantidade de verbos de ligação existentes nas definições e a extensão das DTs (analisada no critério “concisão”), podemos perceber que não houve uma grande observância de parâmetros teóricos para a construção da obra terminográfica analisada.

No que diz respeito aos tipos das definições, por sua vez, também observamos certa fuga aos modelos recomendados e o uso de outros tipos de estratégias para a redação da definição. Devemos, porém, levar em consideração a complexidade da tarefa de definir e, sobretudo, a dificuldade muitas vezes existente de acomodar fatos de língua e textos, como os da definição, a categorias redutoras e simplificadoras. Se a variação e a heterogeneidade são traços próprios à linguagem natural, os enunciados definitórios não conseguem escapar a isso (KRIEGER e FINATTO, 2004). Sua adequação e qualidade, portanto, vão muito além de sua acomodação a modelos pré-definidos, e envolvem especificidades da área de especialidade, do tipo de termo definido e do público-alvo, para citar os fatores mais evidentes.

A análise nos mostrou que uma fração considerável dos verbetes apresentou alguns problemas em sua redação, de acordo com o que é recomendado por muitos terminólogos. Sua adequação à área e ao público-alvo, porém, pode ir muito além disso, e exigiria estudos mais

voltados à funcionalidade do glossário em questão, o que pode ser investigado, em trabalhos futuros, nesse glossário em especial e em outras obras terminográficas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. M. B.; PINO, D. H. P.; SOUZA, D. S. L. A definição nos dicionários especializados: proposta terminológica. **Debate Terminológico**, n.3, jan 2007 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/riterm>. Acesso em jan 2015.

ALVES, I. M. Definição terminológica: da teoria à prática. **TradTerm**, v. 3, p.125-136, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49898/54007>> Acesso em dez 2014.

ANDRADE, M. M. Conceito/definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidade. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, 2000.

ANDRADE, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; IZQUERDO, A. N. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 189-198.

ANVISA. Pós comercialização Pós uso / Farmacovigilância. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Pos+-+Comercializacao+-+Pos+-+Uso/Farmacovigilancia>> Acesso em janeiro de 2015.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

CABRÉ, M. T. C. La unidad terminológica. In: _____. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida. 1993, p. 169-224.

_____. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: _____. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: IULA, 1999a. p.109-127. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

_____. Hacia una Teoría Comunicativa de la Terminología: Aspectos Metodológicos. In: _____. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: IULA, 1999b, p. 129-150. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/tlrp.1>

DESMET, I. A análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. **TradTerm**, v. 8, p. 169-188, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49129/53208>> Acesso em dez 2014.

FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. **Organon**, Revista do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 133-146, 1998. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29563/18263>> Acesso em jan 2015

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. Tese (Doutoramento em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FINATTO, M. J. B. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 1, julho, p. 73-97, 2002 Disponível em <http://www.abralin.org/revista/RV1N1/artigo3/RV1N1_art3.pdf> Acesso em nov 2015

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004.

REMENCHE, M. L. R. Terminologia – reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **TradTerm**, São Paulo, v. 16, p. 343-364, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46324/50087>> Acesso em jan 2015.

REY, A. Problèmes théoriques. In: ____. **La terminologie**: noms et notions. Paris: Presses Universitaires de France, 1979, p.16-51.

ZAVAGLIA, C. 2002. **Análise da homonímia no português**: tratamento semântico com vistas a procedimentos computacionais. Araraquara, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, vol. I, 199 p., vol. II, 360 p.

Artigo recebido em: 30.09.2015

Artigo aprovado em: 14.12.2015